



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Legislação e Justiça		
Reunião: 10ª Ordinária	Sessão legislativa: 2ª	Legislatura: 19ª
Data: 12/4/22		
Horário de início: 13h32min		Horário de encerramento: 13h42min
Local: Plenário Camil Caram		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Irlan Melo, com a presença do vereador Gabriel, da vereadora Fernanda Pereira Altoé e dos vereadores Reinaldo Gomes Preto Sacolão, Jorge Santos, os três últimos em presença remota, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação da Ata da 9ª Reunião Ordinária, realizada em 5/4/22.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM PRIMEIRO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 272/22 - “Revoga a Lei nº 11.244 de 13 de julho de 2.020 que ‘Dispõe sobre o uso obrigatório de máscara ou cobertura facial sobre nariz e boca nos espaços públicos, equipamentos de transporte público coletivo e estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços’”.
 Autoria: vereadora Flávia Borja e vereadores Ciro Pereira e Nikolas Ferreira.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A vereadora Fernanda Pereira Altoé e o vereador Irlan Melo discutiram o projeto de lei.

Aprovado, com o voto contrário da vereadora Fernanda Pereira Altoé, o parecer do relator, vereador Irlan Melo, pela inconstitucionalidade.

2) Projeto de Lei nº 307/22 - “Altera a Lei nº 9.063/05, que regula procedimentos e exigências para a realização de evento no Município”. Autoria: vereadores Gabriel, Jorge Santos e Marcos Crispim, vereadora Nely Aquino e vereadores Professor Juliano Lopes e Wanderley Porto.

Registre-se que os vereadores Gabriel e Jorge Santos estavam impedidos de votar, por serem autores do projeto.

Aprovado por unanimidade o parecer do relator, vereador Irlan Melo, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

3) Projeto de Lei nº 314/22 - “Dispõe sobre a implantação e o compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações e dá outras providências”. Autoria: vereadores Gabriel, Jorge Santos e Marcos Crispim, vereadoras Marilda Portela e Nely Aquino, vereadores Professor Juliano Lopes, Wanderley Porto e Wilsinho da Tabu.

Registre-se que os vereadores Gabriel e Jorge Santos estavam impedidos de votar, por serem autores do projeto.

Aprovado por unanimidade o parecer do relator, vereador Irlan Melo, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

EM TURNO ÚNICO: 4) Projeto de Lei nº 250/22 - “Dá o nome de Rua José Lessa à rua Três no bairro Cidade Jardim Taquaril”. Autoria: vereador Wilsinho da Tabu.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Aprovado por unanimidade o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

EM REDAÇÃO FINAL: 5) Projeto de Lei nº 264/22 - “Altera a Lei nº 7.863, de 19 de novembro de 1999, que institui o Estatuto dos Servidores da Câmara Municipal de Belo Horizonte e dá outras providências”. Autoria: Mesa - vereadora Nely Aquino e vereadores Henrique Braga, Cláudio do Mundo Novo e Professor Juliano Lopes.

Aprovada por unanimidade a proposta de redação final.

6) Projeto de Lei nº 265/22 - “Promove o reajuste da remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Belo Horizonte”. Autoria: Mesa - vereadora Nely Aquino e vereadores Henrique Braga, Cláudio do Mundo Novo e Professor Juliano Lopes.

Aprovada por unanimidade a proposta de redação final.

OUTROS ASSUNTOS DA COMISSÃO

O vereador Gabriel informou que será solicitada a tramitação conjunta dos projetos de lei nºs 307 e 314/22 nas demais comissões competentes, para que possam ser apreciados em Plenário em maio. Afirmou que a aprovação desses projetos, que tratam da realização de eventos e implantação de tecnologia 5G, representa avanço para o Município.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

